

Coluna do Castello

O preço do apoio

O que tem dito o presidente José Sarney ao longo de sua administração? E o que tem repetido desde o final do ano passado seu quarto ministro da Fazenda? Sarney e Mailson da Nóbrega têm pregado a adoção de uma rígida política de contenção de gastos para fazer face ao crescimento desmesurado do déficit público e para pôr ordem nas finanças do país. O salário do funcionalismo foi congelado por dois meses para que o governo economizasse cerca de Cz\$ 500 bilhões.

A obsessão presidencial pelo mandato de cinco anos tem-se encarregado de desautorizar a austeridade tantas vezes, solenemente, proclamada. Às vésperas de a Constituinte decidir quanto tempo de poder ainda resta para Sarney, o governo deflagrou um conjunto de providências que põe em risco a meta de reduzir até o final do ano o déficit público para algo em torno de 4% do PIB. Começou o resgate do apoio dado pelos governadores a Sarney para que vá ao FMI e para que governe cinco anos.

O Conselho Monetário Nacional deverá, hoje, abrir uma brecha na Resolução 1 469, do Banco Central, que proibiu empréstimos a estados e municípios. Eles poderão vir a ser contemplados com recursos da ordem de Cz\$ 165 bilhões, segundo proposta elaborada nos ministérios da área econômica mas patrocinada pelos ministérios mais diretamente envolvidos na caça aos votos pelos cinco anos. Os governadores exultarão com a reabertura do Tesouro mas pedirão mais.

Um pouco a mais será dado para os governadores do Nordeste. O *Diário Oficial* publicou ontem uma suplementação do orçamento do programa *Nordeste*, já — uma espécie de programa guarda-chuva, onde cabe qualquer coisa, criado na época do saudoso ministro Aníbal Teixeira e gerido pelo Ministério do Planejamento e pela Presidência da República. A fundo perdido, o programa destinou, originalmente, Cz\$ 4 bilhões de cruzados a serem aplicados em 1988.

A suplementação do orçamento foi de Cz\$ 20 bilhões. Como era recomendável que se acenasse com alguma medida simpática à opinião pública, o governo segurou, temporariamente, o apetite da Receita Federal com a prorrogação do prazo para pagamento do tri-Leão e com a redução do universo dos contribuintes obrigados a pagá-lo. Que mais virá por aí até que a Constituinte vote, na próxima semana, a extensão do mandato presidencial?

Na semana passada, ocorreu com toda a pompa o anúncio da nova política industrial que pretende abrir os portos do país aos produtos oriundos das nações amigas. Foi, sem dúvida, um gesto na direção da reconciliar o Brasil com a modernidade. Não tem, contudo, a importância que a ele se quis conferir. As regras que pretendem ditar a política industrial esboçada ainda na época do ministro Roberto Gusmão estão condicionadas ao que a Constituinte deliberar a respeito.

A deliberação quanto ao mandato de Sarney só, remotamente, poderá resultar em alguma surpresa. Os constituintes adeptos do mandato de quatro anos admitem que estão derrotados. Podem, com isso, querer dar a impressão de que trabalham em silêncio pelos quatro anos e de que ainda acreditam na vitória. Mas estão, de fato, derrotados. Não esboçam, por enquanto, a mínima reação e até acham graça da preocupação presidencial de intensificar a luta pelos cinco anos.

Rota de colisão

Está em curso o primeiro e sério conflito entre a Constituição ainda vigente e a Constituição a ser promulgada, possivelmente, dentro de dois meses. O responsável pelo conflito é o Congresso, apressado em estabelecer logo as regras da disputa das eleições municipais de novembro próximo. Na semana passada, por acordo de lideranças, a Câmara dos Deputados aprovou o conjunto de regras. O Senado deverá fazer o mesmo nesta ou na semana seguinte.

Ocorre que três das regras colidem com o que está disposto na atual Constituição. O projeto aprovado na Câmara prevê eleições em dois turnos para prefeitos em cidades com mais de 200 mil habitantes, proíbe demissões nove meses antes das eleições e permite a participação de partidos sem representação no Congresso no horário reservado à propaganda gratuita no rádio e na TV. São dispositivos, claramente, inconstitucionais — embora possam vir a fazer parte da futura Constituição.

Mesmo que seja simpático ao projeto, o presidente da República será obrigado a vetá-lo nos três pontos específicos. É bem possível, assim, que as eleições municipais de novembro acabem sendo regidas pela legislação hoje em vigor.

Reeleição possível

O deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos líderes do *Centrão*, é favorável à emenda que poderá facilitar a reeleição do deputado Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara. O *Centrão* morre de amores por Ulysses. E vice-versa.

Ricardo Noblat (*Interinc*)